

## **AVALIAÇÃO DOCENTE NO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL DE SÃO PAULO: A BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS NA OPINIÃO DO PROFESSOR**

10/2011

Currículo e Avaliação Educacional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

ROCHA JR, Orandes Carlos da  
orandesrocha@hotmail.com

### **RESUMO**

Desde o ano de 2000, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo vem promovendo uma política de concessão de bonificação salarial, comumente chamado de “Bônus”, aos professores da rede, mediante avaliação realizada pela própria SEE/SP.

A bonificação por desempenho do docente no ensino público estadual paulista é uma política adotada desde o ano 2000. Ela nasceu da necessidade do governo neoliberal de criar indicadores de qualidades que pudessem prestar contas aos organismos financiadores internacionais da melhoria da educação no Estado. Nestes últimos 10 anos a prática de conferir um bônus salarial aos professores e escolas bem avaliadas por meio de avaliação externa promovida pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP) foi utilizada por todos os Governadores que sucederam-se no Governo do Estado. O que tem alterado a cada governo, são os critérios adotados para aferir a qualidade e, conseqüentemente, premiar os professores com o bônus.

As regras para o recebimento do bônus sofreu ao longo da presente década várias alterações. A mais recente, realizada em 2008, estabelece metas a serem cumpridas pelas escolas, atingindo metas o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP).

O IDESP é um indicador de qualidade das séries iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que considera, para efeito de avaliação da qualidade da educação, dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP (o quanto aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam).

O IDESP apresenta metas a longo prazo, objetivando que as escolas públicas do Estado de São Paulo atinjam índices comparáveis aos dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para isso, cada escola tem metas intermediárias para serem atingidas. São metas anuais que cada escola deve atingir plenamente para o recebimento integral do bônus.

As escolas que atingem parcialmente o índice estipulado para aquele ano, recebem o bônus de maneira proporcional ao seu desempenho. As escolas que superam a meta estipulada, recebem um adicional de 20%.

Para isso, fez-se necessário ouvir os sujeitos envolvidos nesta avaliação, investigando se os critérios utilizados são suficientes e satisfazem plenamente o objetivo de aferir a qualidade da educação no Estado de São Paulo.

A presente dissertação conta com 4 capítulos, sendo o primeiro, um capítulo teórico onde apresento o Bônus e discorro sobre a utilização de avaliação externa atrelada à promoção salarial como instrumento de promoção da qualidade da educação e ainda um breve resumo do Sistema Nacional de Avaliação.

No segundo capítulo, discorro acerca da metodologia utilizada na coleta e análise das informações sobre a Bonificação por Resultados terceiro capítulo, dedicarei à organização, análise e interpretação dos dados coletados.

E no quarto capítulo, apresento o resultado obtido na pesquisa de campo realizada com os professores.

**Palavras Chave:** Bonificação por resultado, bônus, política pública de avaliação, avaliação por Desempenho.

## O PROBLEMA DA PESQUISA

Qual a opinião dos professores sobre a Bonificação por Resultados adotada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo?

Minha pesquisa busca analisar as variáveis que o IDESP desconsidera como critérios de avaliação, como componentes sócio culturais a que as escolas estão inseridas (contexto da escola), o perfil dos alunos da escola, a quantidade de alunos por sala de aula, se os professores da escola são em sua maioria efetivos ou temporários etc...

Um modelo avaliação que se encontra comprometido com a política do “Estado Avaliador”, iniciada nos anos 90, através da política pública de Educação de caráter neoliberal do Governo FHC, reproduzida no Estado de São Paulo, de maneira recorrente e em detrimento de uma avaliação que privilegie o compromisso de compreensão e reflexão da prática docente dos sujeitos envolvidos no processo educacional de avaliação.

Para isso, busco na literatura de avaliação docente, critérios que confirmem maior fidelidade ao processo de avaliação; autores que trabalham a questão da avaliação docente sob o paradigma dialético crítico, que promova a emancipação do indivíduo avaliado.

Na bibliografia sobre o assunto, privilegio autores que entendam a avaliação orientadas para o desenvolvimento profissional dos docentes, que não sejam baseados em padrões de desenvolvimento e que utilizem a avaliação para o estabelecimento de objetivos e dos meios para alcançá-los.

## **OBJETIVO**

A presente pesquisa tem por objetivo ouvir a opinião dos professores sobre a Bonificação por Resultados na tentativa de identificar causas de sucessos e insucessos das escolas no cumprimento das metas estabelecidas para o IDESP e os reflexos destes resultados na prática docente.

## **METODOLOGIA**

Busco ouvir a opinião dos professores sobre o Bônus; acerca dos critérios utilizados e como sua aplicação tem interferido na prática docente. Seus efeitos aos níveis pessoal e organizacional e como a escola (re)age diante desta realidade. Seja nas escolas onde o índice foi atingido, como nas escolas que estiveram aquém das metas estipuladas,



ouvindo professores beneficiados e não beneficiados com o recebimento do bônus advindo do IDESP.

A coleta de informações baseou-se na utilização de questionários abertos aos docentes do 5º ano do Ensino Fundamental e docentes de Matemática e Língua Portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental em 3 escolas do interior do Estado de São Paulo.

A organização dos dados foi realizada de maneira sistemática, dividindo o material coletado em categorias extraídas do próprio material empírico, para que tais informações pudessem ser melhor interpretadas.

Foram utilizados também entrevistas complementares com professores da rede estadual e universitário para extrair maiores subsídios a respeito da política de avaliação docente atrelada à bonificação salarial.

A partir da organização dos dados em categorias a interpretação foi realizada no diálogo intersubjetivo com a teoria finalizando o trabalho com as considerações, sempre provisórias, que se mostrarem relevantes para a temática em pauta.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. **Boa escola para todos**. Porto Alegre: AGE Editora, 2011.

ALCÂNTARA, Melina S. **Políticas de bonificação e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo, 2010.

CAPPELLETTI, Isabel F. (org). **Análise crítica das políticas públicas de avaliação**. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2005.

\_\_\_\_\_, Isabel F (org). **Avaliação de currículos e práticas educacionais**. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2002, p 13-36.

CASTRO, Maria H. G. **A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009.

DEMO, Pedro. **Aprender Bem/Mal**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

DIAS SOBRINHO, J. **Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil**. In Avaliação construindo o campo e a crítica.

HADJI, C. **A avaliação, regras do jogo** : das intenções aos instrumentos. Porto: Porto Editora, 1994.

IDESP: **Nota técnica**, 2009. São Paulo.

LOUREIRO, Bráulio R. de C. **Reforma educacional neoliberal**: uma análise política da concessão de bônus-mérito do governo José Serra (2007-2010) aos professores da rede estadual paulista. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília/SP, 2011.

SIMÕES, Gonçalo A. G. **A avaliação do desempenho docente**. Lisboa: Texto, 2000.